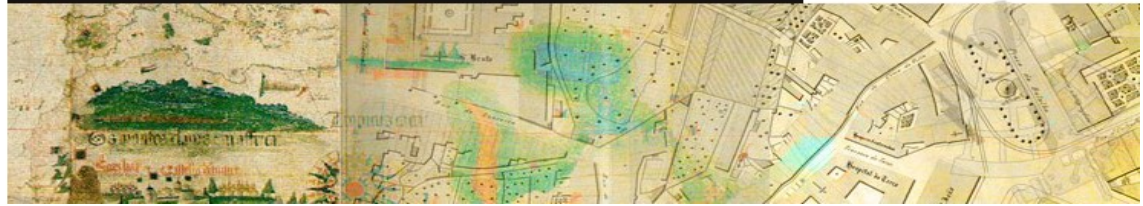


IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Francisco José Corrêa-Martins-

correa_martins@ufrj.br

Departamento de Geociências – Instituto de Agronomia – Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro

As várias "faces" da "Nova Lusitania", de Antonio Pires da Silva Pontes Leme

Resumo

O século XVIII foi marcado, de maneira geral, no mundo ocidental, por conflitos que envolviam, sobretudo, questões de fronteiras entre Estados. E com Portugal não ocorreu de forma diferente. Ao mesmo tempo em que recebia recursos oriundos da exploração do ouro e diamantes do Brasil, a Administração Portuguesa estava envolvida com problemas de definição de limites coloniais com a França e, especialmente, com a Espanha. E que resultaram em tratados de limites e no estabelecimento de comissões de demarcação. Essas atividades, em conjunto com o estabelecimento de uma cartografia com fundamentação matemática e astronômica, acabaram por gerar uma grande massa de informações, evidenciadas por relatórios e cartas produzidas sobre a colônia americana. Um dos mais importantes produtos desse período, a carta conhecida como "Carta Geographica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil", ou simplesmente *Nova Lusitania*, sintetiza o conhecimento não só da área relativa à colônia portuguesa, mas também permite vislumbrar o conhecimento de grande parte do continente sul-americano. Sua realização envolveu um árduo e longo trabalho, com a reunião, compilação e construção daquela carta, realizado por Antonio Pires da Silva Pontes Leme, secundado pelos desenhistas José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca, que produziram três exemplares completos, entre 1797 e 1803. E, em se tratando de exemplares manuscritos, mesmo sendo produzidos pelos mesmos desenhistas, detectamos diferenças sensíveis entre eles. Além disso, pudemos determinar o destino final que cada um deles teve, depositados hoje em Coimbra, Rio de Janeiro e Paris, bem como determinar seu modelo, hoje em Lisboa, do qual foi feita uma cópia que, por alterações acrescidas, se transformou em um outro exemplar, sob a guarda da Mapoteca do Itamaraty.

Palavras-chave: Cartografia, Coleções, Portugal, Brasil, História

Abstract

The eighteenth century was marked, in general, in the western world, by conflicts that involved, notably, border issues between States. And Portugal did not happen differently. At the same time it received resources from the exploitation of gold and diamonds from Brazil, the Portuguese administration was involved with problems of definition of colonial boundaries with France and, especially, with Spain. And that resulted in treaties on boundaries and the establishment of commissions of demarcation. These activities, together with the establishment of a mapping with astronomical and

mathematical foundation, eventually generating a large mass of information, as evidenced by reports and maps produced on the American colony. One of the most important products of this period, the map called "Carta Geographica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil" or simply *Nova Lusitania*, not only synthesizes the knowledge of the area of the Portuguese colony, but also gives insight into the knowledge of much of the South American continent. Its realization involves a long and tough job, with the meeting, building and construction of that map, held by Antonio Pires da Silva Pontes Leme, seconded by designers José Joaquim Freire and Manuel Tavares da Fonseca, which produced three complete exemplars, between 1797 and 1803. And when it comes to manuscript exemplars, despite being produced by the same designers, we detected significant differences between them. In addition, we could determine the ultimate fate of each of them had, now deposited in Coimbra, Rio de Janeiro and Paris, as well as determine your model, today in Lisbon, which a copy was made, who suffered additions, became another specimen, in the custody of Map Collection of the Ministry of External Relations of Brazil.

Keywords: Cartography, Collections, Portugal, Brazil, History

Introdução

Após os problemas oriundos da União Ibérica (1580-1640), e da lenta e longa recuperação pela qual necessitava passar, Portugal experimentava, no início do século XVIII, uma série de novas situações.

Se, por um lado, a descoberta de jazidas, inicialmente auríferas e depois diamantíferas nas terras do Brasil representava um importante aporte de recursos, em substituição à decadente indústria açucareira daquela colônia, por outro lado, seu vizinho peninsular voltava a ser foco de preocupações.

A Guerra de Sucessão da Espanha trouxe problemas para Portugal e para sua colônia no Novo Mundo, mas, ao final, pelos tratados firmados em Utrecht com a França (1713) e a Espanha (1715) vira reconhecido, em relação ao Brasil, seu domínio da margem esquerda do Rio Amazonas e da posse definitiva da Colônia do Sacramento, na margem esquerda do estuário do Prata.

Essas questões territoriais na América, oriundas tanto da divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas como pela própria união dual, passaram a fazer parte das preocupações não só da Coroa Portuguesa, mas também dos espanhóis frente à possibilidade de um questionamento sobre os direitos territoriais.

Nesse cenário sucederam-se então vários acordos de limites, como Madrid (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), que além das estabelecerem fronteiras que foram depois anuladas e posteriormente restabelecidas parcialmente, suscitaram o envio de comissões demarcadoras que percorreram as porções centrais da América do Sul, buscando deslindar os limites entre lusos e castelhanos.

Essas comissões, do lado português, resultavam de uma política de Estado que principiara, ainda que de forma modesta, na preparação de pessoal capacitado para o exercício das funções de astrônomos, engenheiros militares e geógrafos, para a defesa dos interesses del Rey, tanto na metrópole como no ultramar.

No caso do Brasil, a massa de dados reunidos sobre o durante o século XVIII, fossem eles astronômicos, geográficos ou hidrográficos, expressos em mapas ou cartas permitiram, ao final daquela centúria, que se obtivesse,

pela primeira vez, com um grau de precisão apurado, uma visão das terras portuguesas no Novo Mundo, representada na “Carta Geographica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza, e Estado do Brazil”.

Contudo, frente à política portuguesa de sigilo cartográfico então vigente, que restringia a produção e impressão de mapas, mantendo-os como manuscritos, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que aquela carta começou a receber a atenção que merecia, passando a ser referida como a primeira carta que compreendeu o Brasil como um todo, uma síntese do território brasileiro, definindo cartograficamente a colônia portuguesa na América do Sul e suas relações com as possessões espanholas. Desta forma, se evidencia a magnitude do documento elaborado por Pontes Leme e seus auxiliares.

E é justamente através dos documentos de um desses auxiliares¹ é que podemos ter uma boa ideia de atividade de produção cartográfica no fim dos setecentos e início dos oitocentos. Através do requerimento² de José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca, no qual pediam ao Príncipe Regente D. João, suas promoções ao posto de primeiros-tenentes da Armada, vemos que ambos estavam no Real Jardim Botânico desde 1780 e que, a partir de 1793, após o retorno de Freire do Brasil³, tinham sido empregados em

Copiar, Reduzir, e por em limpo sertas porçoens de Terreno, particularm.^{te} da Cayena Franceza, Hollandeza, e Hespanhola. Forão elles os que (debaixo do Cap.^{am} de Frag.^{tas} Pontes) Reduzirão, e Organizarão a Charta Geographica de Projecção Espherica, da Nova Lusitania, ou America Portugueza, a primeira que daquelle Gênero tem havido.

Nesse documento, abordavam ainda a questão do grau de sigilo de suas atividades, pois

que o trabalho que fazem he tão particular, que das mãos do D.^{or} Alexandre [Rodrigues Ferreira] passa logo, ás dos Ex.^{mos} Menistros, Secretarios de Estado, e delles ás de V.A.R.: sendo por este modo serto, que só o D.^{or}, e aquelles Ex.^{mos} Menistros hé que podem informar do Serv.^o dos Supp.^{es}. O segredo recomendado na maior parte daquelles trabalhos prohibe igualm.^{te} aos Supp.^{es} o poderem Requerer ou apresentar delles Docum.^{tos} autenticos, e portanto (sem incluir os de maior segredo) com elles a honra de apresentar em hum pequeno Resumo junto, os Titulos das Chartas, que tem feito, o anno em que desde 1796 ate ao prez.^{te}. (FARIA, 2001, p. 223).

Portanto, o sigilo cartográfico ainda permanecia, contrariando a ideia de que a *Sociedade Real Maritima, Militar e Geographica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hydrographicas, Geographicas e Militares*, criada por

¹ Processo individual de José Joaquim Freire, Caixa 3507, Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa (In FARIA, 2001, p. 223-239)

² Não datado, mas sabidamente de 1803, em função da data da última carta confeccionada listada, justamente a terceira *Nova Lusitania*.

³ Em 1780, fora empregado por “Martinho de Mello, e Castro, na Casa do Desenho do Real Jardim Botânico” e, em 1783, foi “promovido em Desenhador da Real Expedição Phislosophica Botanica”, que percorreu porções do norte e centro-oeste, sendo o encarregado daquela expedição Alexandre Rodrigues Ferreira. Requerimento de José Joaquim Freire ao Duque da Terceira solicitando a comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, datado de 10 de julho de 1844 (In FARIA, 2001, p. 237 e 238).

iniciativa de D. Rodrigo de Souza Coutinho em 1798, estabelecesse “pela primeira vez, uma política oficial de impressão e comercialização de mapas” dos domínios portugueses (KANTOR, 2010, p. 113). Na verdade, aquela sociedade “funcionou muito mais como academia do que como oficina de produção, pois a única carta aí gravada seria a *Carta dos principaes triangulos das operaçoens geodezicas de Portugal*, de Francisco António de Ciera, publicada em 1803”⁴ (DIAS & ALEGRIA, 1994, p. 237)

Em 1795⁵, José Joaquim Freire fora “encarregado, pelo Ministro d’Estado D. Rodrigo de Souza [Coutinho]”, para

organizar uma Carta geral do Brazil: sendo o Director d’esta obra o D.^{or} Pontes (com que o supp.^e tinha servido, em Mato grosso) e juntamente o D.^{or} Mathematico Ciera. A Carta foi traçada em projecção hesperica : os ditos dois Mathematicos derão ao supp.^e a latitude, e longitude, das principaes Cidades, Portos, e Rios da quelle vasto Imperio; e com a presença de setenta e tantas (sic) Cartas, de diferentes locaes, Autores, e Escalas, é que foi construida a Carta geral do Brazil; e a primeira que appareceu na Europa. Ella foi toda feita, com os trabalhos dos Portugueses, pois que não era permitido, aos Estrangeiros, o pisarem elles terreno d’America Portuguesa.⁶

No “Resumo dos Mappas Chartas Geographicas, e Plantas, que se tem Copiado, e Reduzido, no Real Jardim Botanico, por Ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho, desde 26 de março, de 1797, até o presente anno de 1803” (FARIA, 2001, p. 224), constam 3 exemplares executados da *Nova Lusitania*, o primeiro em 1797, o segundo em 1798, e o terceiro em 1803

Pelos dados fornecidos no “Resumo”, comparando datas e trabalhos feitos, podemos supor que o processo de configuração, redução e locação dos principais pontos geográficos, com a elaboração das respectivas minutas para a construção do modelo da *Nova Lusitania* consumiram cerca de 2 anos e meio, a partir de 1795, enquanto os exemplares de 1797, 1798 e 1803 levaram, em média, de 6 a 9 meses para ficarem prontos.

Além dos motivos acima referidos, nos concentramos sobre esses exemplares porque identificamos diferenças entre os espécimes (MARTINS, 2009), os quais são apresentados todos juntos pela primeira vez.

O exemplar de 1797

⁴ Grifos no original

⁵ E não em 1797, como FARIA (2001, p. 197) equivocadamente registrou.

⁶ Requerimento de José Joaquim Freire ao Duque da Terceira solicitando a comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, datado de 10 de julho de 1844 (In FARIA, 2001, p. 237 e 238). Portanto, Kantor (2010, p. 113-114), se equivocou quando afirmou que “foi no âmbito da Sociedade Real Marítima que se compôs a principal síntese cartográfica manuscrita dos domínios americanos”, referindo-se à *Nova Lusitania*, ideia aliás que é contrariada por ela mesma ao referir que a carta fora “concluída em 1797-8”, ou seja, sua produção se iniciara antes da criação daquela sociedade, em 1798.

O primeiro exemplar da Nova Lusitania, o de 1797, de acordo com as declarações de Freire e Fonceca, anteriormente citadas, integra hoje a coleção do Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, na cidade de mesmo nome. Segundo Claudino Romeiro, curador da coleção⁷, “quanto à sua vinda para o Observatório nada se conhece a não ser que o Inventário de 1824 já fala nele na folha N.º 4, [bem] como o Inventário de 1940 a ter como peça deste Observatório com o N.º 421”⁸.

Tendo 142 cm de largura e 128 cm de altura, o exemplar exhibe como título *Carta Geografica de Projeção Espherica da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*, sendo que Pontes Leme utilizara, de acordo com a inscrição no carimbo, “setenta e seis Chartas” em sua confecção⁹. Exhibe, além de oito escalas gráficas, três encartes, à esquerda da América do Sul, que mostram com maior detalhe, três porções do litoral brasileiro. O único com título é o “TOPOGRAFICO DO RIO GRANDE DE S. PEDRO”, e que está em uma posição vertical, diferente da orientação da carta, além de não trazer escala gráfica. Os outros dois encartes, com escalas gráficas, representam as regiões das barras da Bahia e do Rio de Janeiro, mostrando as respectivas baías e cercanias (Figura 1).

Uma possível explicação para o fato deste exemplar se encontrar em Coimbra é que era naquela universidade, após a reformulação feita pelo Conde de Oeiras na segunda metade dos setecentos, que se estabeleceu o ensino de matemática e astronomia, fundamentais para a formação daqueles que seriam empregados tanto nas demarcações no Novo Mundo como na elaboração de cartas com precisão para o reino.

Verificamos que já em 1842, de acordo com uma matéria publicada em um periódico português, esse exemplar da carta de Pontes Leme estava em uma sala “destinada para conter em deposito os instrumentos que não tem assento fixo”¹⁰.

Embora já mostrado em Coimbra desde a primeira metade do século XIX, este exemplar não foi referido por VASCONCELLOS (1904) e, mesmo após ter sido exposto na exposição “Laboratório do Mundo - Ideias e Saberes do século XVIII” em São Paulo, no período de 2004/5¹¹, permanece muito pouco conhecido, estudado e referido, embora se encontre em muito bom estado de conservação.

⁷ Comunicação Pessoal.

⁸ Ao escrever sobre o Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra e suas coleções, BANDEIRA (1943, V1, p. 115 e 117) referiu, entre os documentos cartográficos ali existentes, o mapa de Pontes Leme, desenhado por Freire e Fonceca, em 1797. Contudo, quando apresentou a reprodução fotográfica, o fez com erros na legenda da ilustração: “Carta geográfica de projecção esférica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estados do Brasil (Elaborada por Armando Pires da Sousa Pereira Lima)”, inserindo um nome totalmente estranho àquele documento.

⁹ Recentemente, (MAGALHÃES, 2009, p. 87 e 90), ao referir este mesmo mapa, considerou a data de sua execução como “circa 1798”, e que Pontes Leme conseguira “desenhar o mapa da Nova Lusitânia trabalhando sobre oitenta e seis cartas parciais”, em completo desacordo com os dados claramente expostos no documento cartográfico referido.

Também se equivocou PATACA (2011) ao referenciar a *Nova Lusitania* de 1797, ao afirmar que na legenda constava “oitenta e seis chartas”, o que não é correto.

¹⁰ “O Panorama” (1842, V1, p. 4).

¹¹ Claudino Romeiro (Comunicação Pessoal).

O exemplar de 1798

O segundo exemplar que apresentamos, e que está hoje na Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Rio de Janeiro, apresenta o seguinte título e informações em seu carimbo

A Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil D. João, Nosso Senhor, dedica A CARTA GEOGRAPHICA DE PROJECCÃO ESPHERICA ORTHOGONAL DA NOVA LUZITANIA ou America Portugueza e Estado do Brazil, Antonio Pires da Silva Pontes Leme, Capitão de Fragata, Astronomo de SUA Magestade nas demarcacoens (sic) de limites, que em execução da ORDEM Do III.^{mo} e Ex.^{mo} Ministro e Secretario de Estado da Repartição da Marinha, e Dominios Ultramarinos, o S.^r D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO; graduou nos seus verdadeiros pontos de Longitude, e Latitude, pelas Observaçoes Astronomicas da Costa, e do Interior, recopiladas nesta, tanto [d]as proprias Configuraçoens do Continente pelo mesmo Astronomo, como [de] oitenta e seis cartas do Depozito da Secretaria do Depozito da Secretaria de Estado da Marinha, e Desenhada no Gabinete do Jardim Botanico de SUA Magestade pellos desenhadores Jozé Joaquim Freire, e Manoel Tavares da Fonceca. Anno de 1798.

Aqui já surgem várias diferenças em relação ao exemplar de Coimbra, pois que naquela não está inclusa a palavra “Orthogonal” presente no título deste espécime. Além das dimensões distintas, 148 cm de largura por 133 cm de altura, outro detalhe digno de nota é que neste exemplar se afirma que, para confeccionar esta carta, Pontes Leme empregou “oitenta e seis Chartas”, dez a mais do que aparece na anterior. Possui nove escalas gráficas (uma a mais que a precedente), além de apresentar quatro pontos do litoral, de forma destacada, todos com escalas gráficas e devidamente identificados, à esquerda “BAHIA DE TODOS OS SANTOS”, “TOPOGRAFICO DO RIO GRANDE DE S. PEDRO DO SUL” (em posição normal), e “RIO DE JANEIRO”, e no canto superior direito, “BARRA DO PARÀ” (Figura 2).

Mas a principal diferença, em nossa opinião, que existe neste exemplar, é que nele estão listados, logo abaixo do carimbo da carta, os nomes de 34 personagens, entre astrônomos, comissários e engenheiros, que contribuíram com observações astronômicas e trabalhos cartográficos para a confecção daquela carta, além das “cartas chorograficas” de sete capitánias, cujos governadores foram relacionados¹², que segue abaixo transcrita tal como se encontra na carta de 1798, da qual buscamos complementar os dados ali constantes¹³

TABOA DAS AUTHORIDADES QUE ABONAÕ ESTA CHARTA:

O... nofim do Nome quer dizer Observador Astronomo.
C... dis Configurou; e O.C. quer dizer Observou e Configurou.

¹² Essas características, que distinguem os exemplares, passaram muitas vezes despercebidas por pesquisadores, tais como BUENO (2007, p. 42-43), levando-os a misturar as informações e causando confusão.

¹³ Esta relação já apareceu em RIBEIRO (1876a, p. 85-87, 1876b, p. 2-3), e reproduzida por ADONIAS (1960, p. 46-47). Ocorre que o primeiro autor fez inserções sem destacá-las, alterações em alguns nomes transcritos e omitir outras.

Astr... mostra os Astronomos da Demarcação de 5. e a de 8o deste Seculo pordiante.

O P.^e [Jacobo] Codêo (sic) ¹⁴ O.C.
O P.^e Diogo Soares O.C.
O P.^e Domingo Capassi O.C.
O Dr. Miguel Antonio Ciera O.C. Astr.
O Brigadr.^o José Costodio (sic) [de Sá e Faria] C. Engenhr.^o
O D.^r [Ignacio] Sam Marthoni¹⁵ O.C. Astr.
O D.^r José Angelo Brunelli C. Astr.
O Conde de Azambuja, D. Antonio Rollim [de Moura Tavares] O.C.
Cap.^m [João André] Schwebel Engenhr.^o C. Corrigida (sic) da Variação
O D.^r José Simoens de Carvalho Astr. O.C.
Major Jozé Joaquim Victorio Astr. O.C.
Tent.^e Coronel Eusebio Antonio de Ribeiros C. Engenhr.^o
Tent.^e Coronel Pedro Alexandrino Pinto C. Engenhr.^o
Cap.^m de Fragata Francisco Jozé de LaCerde Astr. O.C.
Cap.^m de Fragata Antonio Pires da Silva Pontes [Leme] Astr. O.C.
Tent.^e Coronel Ricardo Franco de Almeida [Serra] C. Engenhr.^o
Tent.^e Coronel Joaquim Jozé Ferr.^a C. Engenhr.^o
Cap.^m Jozé de Saldanha Rebello Astr. O.C.
Cap.^m Joaquim Felix da Fonceca Astr. O.C.
Coronel Francisco João Rosceo C. Engenhr.^o
Ten.^{te} Coronel João Vasco Manoel de Braun C. Engenhr.^o
Cap.^m [Antonio Rodrigues] Montesinhos Engenhr.^o C. e Copio (sic)
O Piloto Jozé Patricio [de Souza] O.C.
O Piloto Joaquim Jozé da S.^a Lobo O.
O Ten.^{te} de mar Jozé dos Santos Lopes O.C.
O Coronel Theodosio Constantino Charmont (sic). C.
O Sarg.^{to} Mor Thomaz de Souza de G(?)(?)es
O Coronel Manoel da Gama Lobo [D'Almada] - Commissario
O Cap.^m Domingo Sambucette (sic) Engenhr.^o O.
O Cap.^m Salvador Franco [da Motta] Engenhr.^o C.
O Cap.^m Jozé Pinhr.^o de LaCerde Engenhr.^o C.
O Ajud.^e Pereira Leão Engenhr.^o C.
O Ten.^{te} Coronel [Alexandre Jozé] Montanha Engenhr.^o C.
O Capitão Jozé Antonio Caldas Engenhr.^o C
CHARTAS COROGRAPHICAS DAS CAP.^{TAS} RESPECTIVAS.
Do Cap.^m General Luiz Diogo Lobo da Silva [Pernambuco, 1756-1763, Minas Gerais, 1763-1768]
Idem de D. Antonio de Noronha [Minas Gerais, 1775-1780]
Idem do Conde de Lumiares, Luiz da C.^a [Menezes, Minas Gerais, 1783-1788]
Idem do Barão de Mossamedes [José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho, Goiás, 1772-1778]
Idem de Bernardo [José Maria] de Lorena [e Silveira, São Paulo, 1788-1797]
Idem de João Pereira Caldas [Piauí, 1761-1769, e Grão-Pará, 1772-1780]
E o Norte do Macapa pello do Cap.^m General D. Francisco de Souza Coutinho [Grão-Pará, 1790-1803]
E as Antigas do Cap.^m General Francisco X.^{er} de Mendonça [Furtado, Grão-Pará, 1751-1759], e outras m.^{tas} [Cartas] Topograficas que se verificaraõ boas.
E as Observaçoes Astronomicas [foram] Conferidas com o D.^{or} Francisco Antonio Ciera¹⁶.

¹⁴ Trata-se do Padre Cocleo, identificado anteriormente por nós (MARTINS, 2009).

¹⁵ Trata-se do sacerdote jesuíta de origem croata Ignác Szentmártonyi (MOURA, 2008).

¹⁶ O Dr. Francisco Antonio Ciera, que iniciou a triangulação geral de Portugal (DIAS, 2003, p. 383), era filho do italiano Miguel Antonio de Ciera, que atuara também em demarcações em terras do Brasil e que está relacionado como uma das autoridades que abonava a carta.

A primeira referência conhecida deste exemplar parece ter sido feita por RIBEIRO (1876a, p. 85-87). Contudo, ela é confusa, pois ali se lê que “desta Carta dividida em quatro folhas, ha no Archivo Militar sob A. Cl. 1.º n.º 19 um exemplar só com tres folhas, e possuímos outro completo”. Quando Ponte Ribeiro escreveu “possuímos outro completo”, quer nos parecer que se refere à cópia feita do exemplar, existente em Lisboa, e que ele havia trazido em 1867 para a Mapoteca das Relações Exteriores, exemplares esses dos quais trataremos mais adiante.

E sabemos que o exemplar de 1798 do Archivo Militar estava completo, pois figurou na exposição de História do Brasil realizada no Rio de Janeiro em 1881, e cujos dados, sob o número 1411, constam do catálogo elaborado por B. F. Ramiz Galvão (1881, p. 133-134), entre os quais a transcrição do carimbo, a menção aos quatro planos e as dimensões de 1m, 431 x 1m, 280. Há, porém, uma frase intrigante: “Original. - Uma cópia feita no Arch. Militar do Rio de Janeiro em 1822”, o que não nos parece crível, em função das comparações que fizemos com o exemplar coimbreense, especialmente nas representações orográficas e na feitura do carimbo do título, e o que nos leva a considerá-lo como o exemplar confeccionado em Lisboa em 1798.

Encontramos uma citação (BRASIL, 1903b, V3, p. 95-97), em meio às memórias relativas às questões de limites entre o Brasil e a Grã-Bretanha envolvendo a Guiana Inglesa, sobre um pretendido exemplar da *Nova Lusitania*, que estaria em um estado de conservação muito ruim, pertencente aos “Archivos militares” existentes no Rio de Janeiro, e que constava de um Aviso do Conselho de Estado, de 28 de setembro de 1854, mas que não fora encontrado pelos auxiliares de Joaquim Nabuco, encarregado daquela disputa, exemplar este que poderia ter relação com as afirmações feitas por RIBEIRO (1876a, p. 87).

No verbete dedicado a Pontes Leme, VITERBO (1922, p. 43-47) registrou, além de aspectos de sua vida, trabalhos feitos por ele. E ali está a referência ao exemplar depositado no antigo Archivo Militar, com a transcrição do título do carimbo, a citação dos 4 planos já referidos e a menção às suas dimensões, repetindo as informações de RAMIZ GALVÃO (1881, p. 133-134)¹⁷.

Em 21 de abril de 1944, por ocasião do transcurso do 139º aniversário da morte de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, o General de Divisão Maurício, Chefe do Estado-Maior do Exército decidiu enviar o exemplar da *Nova Lusitania*, que pertencera à extinta 3ª Seção do Estado Maior do Exército, e que herdara parte do acervo cartográfico do antigo Real Archivo Militar¹⁸, para a então sede do Serviço Geográfico do Exército (SGE), a atual Diretoria do Serviço Geográfico (DSG), no antigo Palácio Episcopal localizado no Morro da Conceição, para que lá “ficasse em exposição permanente” essa “síntese de todos os esforços feitos até o séc. XVIII” (SILVA, 1949, p. 170-171).

¹⁷ ADONIAS (1960, p. 49) referencia ligeiramente alguns dados de VITERBO (1922, p.46-47), mas não fez qualquer menção a RAMIZ GALVÃO (1881, p. 133-134).

¹⁸ E que tivera sua denominação mudada para Archivo Militar em 1822 (CORRÊA-MARTINS, 2007, p. 11), o que por vezes gera confusões com o congêneres português.

Pouco depois, Jaime Cortesão (1945, 150-155), nas aulas sobre História da Cartografia, que ministrou no Itamaraty, ao tratar de Pontes Leme e suas obras, declarou que ele fora “o maior cartógrafo da época”.¹⁹ Afirmou ainda que se conheciam “dois exemplares desta carta, um em Lisboa e outro, que se guarda com todos os cuidados e honras, devidos a um monumento histórico nacional, na Diretoria de Serviço Geográfico, Ministério da Guerra, Brasil” (CORTESÃO, 1957, p. 372).

E assim, durante mais de sessenta anos, este exemplar ficou exposto naquele palácio sendo, por vezes, transportado para outros locais do país para participar de mostras, até que, em consequência da Diretoria do Serviço Geográfico transferir seu acervo cartográfico histórico para o Arquivo Histórico do Exército, o antigo Real Archivo Militar, o exemplar ora em exame retornou em 2008 ao seu primeiro depositário.

A explicação mais provável para entendermos porque esse exemplar está no Brasil é fornecida por Duarte da Ponte Ribeiro (1876a, p. 90). Ao se referir ao “facto de existirem no Archivo Militar tantos mappas antigos”, ele esclareceu que, tendo chegado ao Rio de Janeiro, em 1811, informações relativas à ameaça da invasão completa de Portugal pelas tropas sob o comando do General Massena,

expediu o Conde de Linhares, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra e Estrangeiros, ordens aos Governadores do Reino para remetterem todos os Mappas Geographicos, planos topographicos, e plantas de fortalezas, e as respectivas memorias, que estivessem nos Archivos de Lisboa, afim de evitar que cahissem no poder dos Francezes

ordens essas só cumpridas em 1813, sendo que os documentos cartográficos enviados ficaram no Real Archivo Militar, criado a 7 de maio de 1808, e subordinado ao Ministério da Guerra, com a finalidade de reunir “entre outros documentos, *Mappas, Cartas, Planos e Memorias*”²⁰

Trata-se também de um exemplar pouco conhecido e ainda pouco estudado, do qual apresentamos ligeiras notas recentemente (MARTINS, 2009), e seu estado requer restauração, já que se encontra bastante escurecido.

O exemplar de 1803

Sobre este espécime, o último ao qual fizeram referência Freire e Fonseca em seu requerimento de 1803, acreditamos poder afirmar que ele foi produzido expressamente para João Francisco de Sá e Melo, o Visconde de

¹⁹ Ao citar os trabalhos de Pontes Leme, Jaime Cortesão reproduziu dados existentes em RAMIZ GALVÃO (1881, p. 133-134) e VITERBO (1922, p. 43-47), sem contudo fazer referência aos mesmos. O mesmo ocorreu da publicação de parte das aulas, na década seguinte (CORTESÃO, 1957, p. 371-372).

²⁰ CORRÊA-MARTINS (2007, p. 11).

Anadia²¹, que substituíra D. Rodrigo de Sousa Coutinho na pasta da Marinha e dos Negócios Ultramarinos em 6 de Janeiro de 1801 (SANTOS, 2006, p. 418), como pode se depreender da correspondência trocada entre o referido visconde e o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira em junho de 1802, (LIMA, 1953, p. 380-382).

Rodrigues Ferreira, frente às instâncias do Visconde de Anadia, que pedia para “fazer acabar a carta da América que está em meu poder há mais de quatro mezes”²², remetia-lhe, para exame, “a referida carta original e copia” para que ele avaliasse o trabalho feito em “76 dias”, desde 15 de março até 18 de junho, “deduzidos os Domingos, e Dias de Guarda não dispensados”, informando ainda que o “Desenhador Freire, hum dos dois q trabalhão na dita cópia” estava afastado por causa de uma ciática (LIMA, 1953, p. 380-381).

Dias depois, a 22 de junho, o Visconde de Anadia devolveu aquele material cartográfico, dizendo que nunca duvidara da exação de Rodrigues Ferreira,

mas que a urgencia que eu tenho de ter sempre diante dos olhos aquelle continente me obriga a recomendar-lhe com toda a efficacia o seu completo desenho, recomendando-lhe outro sim, que o mande acabar com a mesma perfeição, tendo o maior cuidado em que não escape algum erro nos nomes quando se puzerem, e que outra qualquer encomenda deverá ceder á esta, que he da maior importancia p.^a os negocios desta Repartição (LIMA, 1953, p. 381-382).

Embora não tenhamos encontrado informações claras sobre o paradeiro deste exemplar, acreditamos tê-lo identificado como sendo o espécime incompleto que está depositado na Biblioteca Nacional da França, ali identificado como *Carte de l'Amérique équinoxiale et du Brésil, attribuée a José Lopes Santo* (sic) que é constituída de duas folhas justapostas, com dimensões de 156 cm de largura e 68 cm de altura²³ (Figura 3).

No início do século XX, na busca por documentos cartográficos que comprovassem as teses brasileiras na questão de limites relativa à Guiana Inglesa, Joaquim Nabuco e sua equipe encontraram na biblioteca acima referida as duas folhas que, embora não apresentassem longitudes e tivessem apenas parcialmente as latitudes, eles reconheceram ser a parte superior da *Nova Lusitania*, e que fizeram reproduzir e incluir no atlas que acompanhou a primeira memória (1903a, p. 56-57). Para tanto, observaram que o exemplar trazia, na folha NE, no canto superior direito, a “Carta Individual Geographica da Barra do Pará e Fóz do Amazonas”, elaborada por “José Lopes Santo” (sic)²⁴ e, mais abaixo, também nessa folha, parte do cartucho relativa ao encarte do plano de Pernambuco, onde era possível ver e ler a representação da cidade de “Olinda”²⁵.

²¹ E não para D. Rodrigo de Souza Coutinho, como referiu equivocadamente FARIA (2001, p. 198).

²² Grifos no original.

²³ A nota bibliográfica relativa a este exemplar está disponível em <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40719931t>. Também ali estão parte das informações que ora apresentamos.

²⁴ E por isso atribuída a ele, inicialmente, a autoria de tudo o que estava cartografado no exemplar, sendo esse o registro primitivo na BNF, ainda conservado.

²⁵ Na folha NO, no seu limite inferior, podemos ler no encarte incompleto, “R. Pericoara” e “Sergipe d. C.”, que é Sergipe do Conde, o que nos permitiu identificar a parte norte do plano relativo à Baía de Todos os Santos e a região do Recôncavo Baiano.

Como faltavam as folhas inferiores, que possivelmente trariam as informações sobre sua qualificação, decidiu-se transcrever os dados relativos a esse documento constantes do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, sob o nº 1411²⁶, mostrando que esse exemplar tinha um plano da Barra do Pará²⁷, o que permitira o reconhecimento inicial (BRASIL, 1903b, p. 94-95). Argumentava o representante brasileiro que esta carta provava, no final do século XVIII, os direitos de Portugal na porção setentrional da América do Sul, que haviam se estabelecido no Tratado de Amiens, afirmando ainda que “a carta de Silva Pontes, de 1798, é um admirável espécime da cartografia portuguesa”, pois compilara “mais de oitenta e seis cartas”, trazendo ainda uma lista das autoridades que lhe davam respaldo²⁸. E entre aqueles nomes arrolados, apontava-se o nome do Tenente de Marinha José dos Santos Lopes como o “Lopes Santo”²⁹ grafado no exemplar da Biblioteca Nacional da França (BRASIL, 1903b, p. 96-98).

As publicações do atlas e dessas memórias tiveram ampla divulgação, como se pode imaginar. Mas os representantes britânicos não se deram por convencidos e colocaram sob dúvida a identificação do exemplar depositado na BNF era realmente uma parte de um exemplar da *Nova Lusitania*. Assim, no *post-scriptum* de sua argumentação final, Joaquim Nabuco (BRASIL, 1904, p. I-IV) transcreveu a correspondência recebida de Ernesto de Vasconcellos³⁰, Secretário Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, que comprovava que o exemplar figurado no atlas já referido era, de fato, uma parte do mapa de Pontes Leme. É que, em razão uma exposição cartográfica realizada por aquela sociedade na capital portuguesa exatamente naquela época, ao examinar um dos exemplares expostos, denominado *Carta Geral do Brasil*, de autoria atribuída ao Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria, permitira que Ernesto de Vasconcellos afirmasse que

Esta carta comparada à fotografia (sic) da carta chamada “Nova Lusitania” [constante do Atlas da Primeira Memória do Governo Brasileiro], apresenta uma perfeita identidade na parte que nos interessa, quanto à geografia física, sobretudo na folha que corresponde à região norte e ocidental do Brasil, compreendendo o Rio Negro e a bacia do Rio Branco. Nesta parte o traçado deste último rio, a disposição das montanhas, a forma do desenho, são inteiramente idênticas [à carta *Nova Lusitania*].³¹

O exemplar “parisiense” da *Nova Lusitania* teve atribuída, como data de elaboração, pelo representante brasileiro e seus auxiliares, o ano de 1804, de forma duvidosa, como pode ser visto no atlas (BRASIL, 1903a, p. 56-57). Mas nós

²⁶ Ali se reproduziu o que escreveu B.F. Ramiz Galvão (1881, p. 133-134), a respeito do exemplar de 1798, que já apresentamos neste trabalho.

²⁷ O qual não é exatamente igual, pois no exemplar da exposição de 1881 não há indicação do autor desse plano.

²⁸ Tradução nossa. A delegação brasileira transcreveu os dados dos catálogos elaborados por RIBEIRO (1876a, p. 86-87, 1876b, p. 2-4).

²⁹ Análise com a qual concordamos, já que localizamos em RAMIZ GALVÃO (1881, p. 36 e 912) três trabalhos naquela região, sendo dois cartográficos, feitos entre 1795 e 1796, ou seja, ainda durante a execução do primeiro exemplar da *Nova Lusitania*, que tiveram como autor o piloto José Lopes dos Santos.

³⁰ Era oficial superior da Marinha Portuguesa, tendo atingido o posto de almirante.

³¹ BRASIL (1904, p. II). Tradução nossa. Esta correspondência foi reproduzida também por Ernesto de Vasconcellos (1904, p. 234-235).

acreditamos que ele é parte do exemplar confeccionado em 1803, e que teria sido levado para a França durante os saques cometidos por aqueles que acompanharam as tropas francesas na invasão de Portugal. Como bem recordou José Sala Catalá,

Os riquíssimos fundos do Gabinete do Palácio de Ajuda sobre Brasil foram cientificamente espoliados por Geoffrey Saint-Hilaire durante a ocupação francesa. Triste destino da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, já que se misturou no espólio com as de outros colecionistas e expedicionários particulares. Assim se integrou, anonimamente, aos fundos do Museu de História Natural parisiense, alimentando as publicações realizadas por seus famosos professores sobre a flora e a fauna tropicais.³²

o que, em nossa opinião, foi o que aconteceu com o exemplar do Visconde de Anadia.

Em nossa opinião, pelo que se pode ver nas duas folhas existentes e, em especial, pelo apuro no desenho do encarte da “Barra do Pará”, este exemplar seria o melhor dos três produzidos por Freire e Fonceca no Real Jardim Botânico.

O exemplar de Lisboa

Ao tratarmos do espécime anterior, verificamos quanto de casualidade e oportunidade podem estar envolvidos na pesquisa científica. Esse exemplar, que tem o título atribuído de *Carta geographica de projecção esphérica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*, da autoria de Pontes Leme, possuindo 202 cm de largura e 199 cm de altura, e que hoje se encontra sob a guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, em Lisboa³³, só teve sua real identificação feita em Portugal no princípio do século XX (Figura 4).

Como vimos anteriormente, visando divulgar a longa e extensiva produção da cartografia portuguesa, a Sociedade de Geografia de Lisboa realizou uma exposição em suas salas, que iniciou em dezembro de 1903 (Santos, 1986, p.

³² CATALÁ (1991, p. 31). Tradução nossa.

³³ Dados sobre este exemplar estão disponíveis em <http://www.exercito.pt/sidcarta/Paginas/default.aspx>, onde se encontra sob o número 9994-3-38-52 (DSE). Ele exhibe em cada uma de suas quatro folhas o carimbo do antigo Archivo Militar. Esclarecemos que o Archivo Militar, criado em Portugal em 1801, deu origem à atual Direcção de Infra-Estruturas (DIE), sendo que seu acervo cartográfico está no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM), cujo sítio é <http://www.exercito.pt/sites/DIE/Historial/Paginas/default.aspx>. Já o Arquivo Histórico Militar (AHM), cujas suas origens ligam-se ao Archivo do Conselho de Guerra (1640), trata da documentação do pessoal do Exército, e seu sítio é <http://www.exercito.pt/sites/AHM/Historial/Paginas/default.aspx>. Consideramos essa explicação necessária porque o atual Arquivo Histórico do Exército no Brasil teve origem no Real Archivo Militar, em 1808, sofrendo alterações em seu nome e subordinação, passando sucessivamente por Archivo Militar, Diretoria de Obras, Diretoria de Obras e Engenharia, 4ª Repartição do Estado-Maior, seção do Departamento Central da Secretaria de Estado da Guerra e Arquivo do Exército (CORRÊA-MARTINS, 2007, p. 11).

121), no momento em que ainda repercutiam as comemorações relativas ao quatro séculos do périplo africano e da chegada às Índias, e que, nas palavras do Secretário Geral, Ernesto de Vasconcellos (1904, p. V), aquelas cartas e mapas eram como “monumentos cartographicos expostos”³⁴. Isto acontecia ao mesmo tempo em que o Brasil defendia seus interesses de fronteira contra a Grã-Bretanha, na já referida questão de limites.

O exemplar de Lisboa aparecia no catálogo da exposição sob o n° 1057, com o título *Carta Geral do Brazil*, descrita como

manuscripto, colorido sem título, nem data ou nome do auctor. Contém as seguintes plantas: ‘Barra do Rio Grande’, levantada em 1779 pelo brigadeiro eng° José Custodio de Sá e Faria, ‘Barra do Rio de Janeiro’, ‘Praia da Pescaria, ilhas, pontas e praias proximas’, ‘Planta hydrographica do Porto de Pernambuco’, ‘Barra da Bahia’ – D.G.S.E.”³⁵

Já vimos acima que os portugueses tomaram conhecimento do atlas que reproduziu as duas folhas da *Nova Lusitania* existentes em Paris (BRASIL, 1903a, p. 56-57), e como eles haviam comparado os exemplares e chegado a conclusão que o exemplar sob n° 1057 era um espécime da obra de Pontes Leme.

Resumindo, por todas estas razões: identidade de divisões politico-administrativas, traçado igual dos rios sem a menor discrepancia, configurado das montanhas perfeitamente analogo, plantas lateraes dos portos e as minutas parcelares da carta archivada com ella, não resta duvida de que este exemplar que vimos (sic) estudando é um desenho de Freire da carta geral do Brazil a que chamou *Nova Lusitania*.³⁶

o que mostra que, além da grande semelhança de representações, havia se logrado também comparar os traços de um dos desenhadores, José Joaquim Freire, com outros exemplares feitos por ele, e de autoria incontestada, o que apenas reforçou a conclusão a que chegaram os membros da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em nota, acrescentava que

No archivo da Direcção Geral dos Serviços de Engenharia tambem existem as folhas originaes de detalhe ou minutas d’esta carta e que decerto serviram para a sua coordenação e desenho final. Estas minutas em folhas de papel fino proprio para o decalque são em grande número e teem junta uma relação de coordenadas geographias dos principaes pontos da carta e uma reduccão da quadricula em graus e longitude para mostrar a área abrangida pelas folhas da carta geral.

³⁴ Percepção que precedia, em mais de meio século, às ideias de Jacques Le Goff.

³⁵ VASCONCELLOS (1904, p. 233-234). O Tenente-Coronel José Paulo Ribeiro Berger, Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAM), em solução a um pedido nosso de informações, confirmou que a janela da carta “que seria destinada ao título e a demais elementos identificadores encontra-se vazia”, e tendo sido posteriormente colocado neste espaço o carimbo do *COMMANDO GERAL D’ENGENHARIA – ARCHIVO DE DESENHOS – N.º _____* e o algarismo 7”.

³⁶ VASCONCELLOS (1904, p. 234-235). Grifos no original. Apesar disso, ainda durante longo tempo, vários pesquisadores ainda continuaram a registrar essa carta pela denominação antiga, tal como BUENO (2005, p. 25).

Esta circunstancia, segundo se vê pela 2ª memoria do governo brasileiro, vol III a pág. 94, memoria apresentada ao Arbitro em Roma a 26 de setembro de 1903, demonstra que a carta que descrevemos é talvez o primeiro desenho da carta Nova Lusitânia tendo-se extrahido d'este desenho a copia que o Aviso do Conselho d'Estado de 28 de setembro de 1854 analisa e que, segundo o Catalogo da Exposição de Historia do Brazil [de 1881], foi feita em 1798; e dizemos ser o primeiro desenho porque do mappa d'este catalogo [de 1904, sob] n° 1:080 consta ter [José Joaquim] Freire feito o mapa geral do Brazil em 1797, isto é, um anno antes da data da extracção da copia.³⁷

E aqui temos alguns problemas. Para Ernesto de Vasconcellos (1904, p. 234), o exemplar “lisboeta” é de 1797³⁸, enquanto os pesquisadores João Garcia e André Ferrand de Almeida consideraram, baseados em bibliografia³⁹, que ela é de 1798. Pelo que consta no requerimento de Freire e Fonseca, nenhuma dessas datas é pertinente, pois já expusemos quais são os exemplares de 1797 (Coimbra) e 1798 (Rio de Janeiro). Além disso, o exemplar mostra-se incompleto, com duas lacunas: uma no canto superior esquerdo, de cinco graus de longitude por dez graus de latitude, e a outra no extremo sul da América, faltando uma parte da Patagônia argentina⁴⁰. Como os trabalhos relativos à *Nova Lusitania* se iniciaram em 1795, talvez o exemplar do GEAM seja, de fato, o primeiro desenho ou modelo daquela carta, como escreveu o Secretario Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa (VASCONCELLOS, 1904, p. 234).

Um outro aspecto a ser ressaltado é que este exemplar possui cinco planos de regiões costeiras, todos localizados do lado direito da carta, enquanto o de 1797 tem três, o 1798 quatro, e aquele que consideramos de 1803 tem pelo menos três, sendo que nesses últimos, a distribuição ocorre tanto à esquerda como à direita da principal região cartografada. Ele apresenta, distintamente em relação aos exemplares de Coimbra e do Rio de Janeiro, a “Praia da Pescaria, ilhas, pontas e praias próximas”, ou seja, a região de Arraial do Cabo, ao sul de Cabo Frio, no litoral do Rio de Janeiro, e a “Planta hydrographica do Porto de Pernambuco”, que abrange a região de Olinda e Recife, que está no espécime de 1803. Porém não têm figurado o encarte da “Barra do Pará”, como os exemplares de 1798 e 1803.

O exemplar do Itamaraty

³⁷ VASCONCELLOS (1904, p. 234). Grifos nossos.

³⁸ Kantor (2010, p. 114) registra o mapa pertencente à DIE como datado de 1797, o que contraria o que está em <http://www.exercito.pt/sidcarta/Paginas/default.aspx>, e sem apresentar qualquer referência que embase aquela afirmação.

³⁹ Especialmente ADONIAS (1960, p. 45-49) que, como já acima dissemos, em boa parte reproduziu os dados de RIBEIRO (1876a, p. 85-87). E ela não fez menções às observações sobre faltas existentes no exemplar, referidas em um catálogo publicado sobre cartografia e limites, pelo Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 1926, p. 27-28).

⁴⁰ Deste modo, a afirmação de João Garcia e André Ferrand de Almeida, existente na ficha existente no sítio do SIDCARTA, relativa ao exemplar 9994-3-38-52 (DSE), do qual o espécime que estava depositado Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército é “um exemplar idêntico” se mostra equivocada.

O exemplar que hoje se encontra na Mapoteca do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, se insere na proposta da troca de material cartográfico entre Portugal e Brasil, ideada pelo Marquês de Abrantes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1863, e levada a cabo por Duarte da Ponte Ribeiro, que fez buscas sobre a documentação lá existente, cartográfica ou não, relativa às questões de limites com a Espanha e a França. Inicialmente, o que se faria era a troca de cópias, mas frente ao tempo e aos custos envolvidos, decidiu-se pela troca dos originais, chegando em Lisboa, em fins de 1864, um navio com os mapas referentes a Portugal que seriam trocados, mas foi somente no início de 1867 que foi assinado o protocolo que oficializou a troca dos documentos entre os dois Estados (ADONIAS, 1960, XXI-XXII).

A questão do tempo para fazer as cópias dos mapas fica evidenciada naquela “cópia aquarelada feita em 1865 (sic), em papel fino” (RIBEIRO, 1876b, p. 1), a partir do exemplar da então chamada *Carta Geral do Brazil*, de autoria atribuída ao Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. Levada a cabo por três desenhistas do Archivo Militar de Portugal, que assinaram as folhas, o que nos permite supor que D. Martinho de França P.^{ra} Coutinho foi responsável pela cópia das folhas NO e NE, tendo concluído seu trabalho em fevereiro de 1866, enquanto J.E. Penaginhão, que se encarregou das folhas SO e SE, finalizou sua tarefa em 1865, ficando a moldura das folhas a cargo de J.C. Bonn de Souza, tendo hoje o exemplar as dimensões de 194 cm de largura por 192 cm de altura. As quatro folhas receberam o carimbo à tinta do Archivo Militar, bem como a seguinte informação manuscrita em cada uma das folhas: “Está conforme. Archivo Militar 23 de Maio de 1866. Augusto Jorge Moreira T. C.^{el} d’Eng. Chefe da 1^a Secção” (Figura 5).

Quando Duarte da Ponte Ribeiro elaborou o primeiro catálogo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que foi impresso, aquele exemplar foi descrito pela primeira vez. E, surpreendentemente, ele já era reconhecido como uma cópia da *Nova Lusitania*, quase trinta anos antes da identificação de sua matriz portuguesa. Mais ainda, relacionava-se o título completo, e com todas as autoridades que constam do exemplar de 1798, que já referimos anteriormente (RIBEIRO, 1876b, p. 1-4).

Parece-nos que tem passado despercebido a todos os pesquisadores que nos precederam que só seria possível a Ponte Ribeiro fazer uma identificação da cópia feita em Lisboa se ele tivesse acesso a um exemplar completo e íntegro da *Nova Lusitania*, o que só poderia ter ocorrido se ele conhecesse o exemplar de 1798⁴¹ que já estava no Brasil desde a segunda década do século XIX.

Ele, que a partir de 1853, fora designado “para organizar o Elenco dos Papéis e Mapas existentes nas Repartições Públicas, que desse a conhecer a história, geografia, estatística e as questões de fronteiras das províncias do Império lindas com as Repúblicas vizinhas”⁴², realizou buscas no Arquivo Militar, no Arquivo Público e no Ministério da Marinha, onde encontrou uma farta documentação relativa às questões de limites “e mais documentos interessantes”, que não foram especificados por Isa Adonias (1960, p. XX-XXI).

⁴¹ E falamos especificamente desse exemplar porque ele tem, no título, a palavra “orthogonal”, ausente no exemplar de 1797.

⁴² Grifos no original.

Mas é muito provável que ele somente tenha tido acesso ao exemplar de 1798 quando da exposição relativa à Carta Geral do Império, realizada em 1875, e da qual ele elaborou o catálogo, onde a *Nova Lusitania* é descrita sob o número 322 (RIBEIRO, 1876a, p. 85-87). E pode ser que tenha sido o próprio Ponte Ribeiro quem preencheu o carimbo vazio da cópia feita em Lisboa dez anos antes, ali inserindo o título e as autoridades que abonavam a carta, embora tenha cometido um pequeno erro no final, pois que, diferente do exemplar de 1798, o que ali se lê é “E as observações astronômicas foram conferidas com o Dr Antonio Ciera”, omitindo a palavra “Francisco”, o que criou um problema que não parece ter sido detectado até agora⁴³.

Ele também foi o responsável pela criação de um mito, a existência de uma “segunda cópia” da *Nova Lusitania* na Mapoteca do Itamaraty⁴⁴. Duarte da Ponte Ribeiro (1876b, 227), ao descrever o exemplar sob nº 384, intitulado “Mappa da America Meridional com tres longas folhas, e de grande escala por acabar”, escreveu que “pela exacta demonstração que apresenta do territorio do Brazil, parece ser minuta, ou copia da Carta Geographica do Brazil e parte da America Meridional construida pelo Astronomo Antonio Pires da silva Pontes Leme, em Lisboa no anno de 1798 que neste catalogo tem o n. 1”. Ocorre que a escala deste mapa é maior que o do exemplar de 1798, as áreas cartografadas apresentam diferenças evidentes, assim como as técnicas empregadas em seu desenho são bastante distintas das utilizadas por José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonceca. Assim, não há semelhanças reais entre este exemplar e a *Nova Lusitania*.

No catálogo publicado sobre limites (BRASIL, 1926, p. 27-28), foi referida uma litografia da *Nova Lusitania*, de dimensões reduzidas (0^m, 298 X 0^m, 435) que, na verdade, era uma reprodução muito parcial da mesma (ADONIAS, 1960, p. 49)⁴⁵. Quanto à “cópia” de 1866, ela foi referida ligeiramente, mas com a importante constatação de que “falta a secção de N.O. no exemplar pertencente ao Ministerio do Exterior”, o que mostra tratar-se da reprodução do exemplar “lisboeta”.

Atualmente, o espécime ora examinado apresenta perdas sensíveis de material, em especial a retirada intencional, em nossa opinião, do plano relativo à região do Rio de Janeiro, sendo o que se apresenta em pior grau de conservação.

Conclusões

⁴³ Ocorre que o paduano Dr Miguel Antonio Ciera falecera em 1782. Assim, o “Antonio Ciera” que conferiu as observações era o seu filho, Francisco, colega de universidade de Pontes Leme, e que foi um grande astrônomo português. As informações truncadas de Ponte Ribeiro foram reproduzidas por Jaime Cortesão e Isa Adonias, sem atentarem para sua inconsistência. Outro equívoco foi Ponte Ribeiro (1876b, p. 4) afirmar que fora o “Director do Archivo Militar do Ministério da Guerra do Reino de Portugal” quem certificara a cópia, o que também não é correto.

⁴⁴ ADONIAS (1960, p. 49). E que também reproduzimos (MARTINS, 2009).

⁴⁵ Não tivemos acesso à mesma, que é considerada extraviada pela Mapoteca do Itamaraty.

Na história da cartografia luso-brasileira, a *Nova Lusitania* é, sem dúvida, uma realização impar, não só por suas dimensões, como também pela quantidade e qualidade dos dados reunidos, em uma realização que envolveu tanto um dos melhores astrônomos luso-brasileiros da época, o mineiro Antonio Pires da Silva Pontes Leme, como também um dos mais profícuos desenhistas portugueses de então, José Joaquim Freire.

Suas informações nos permitem ter uma clara noção da marcha dos súditos portugueses e da ocupação operada por eles e seus descendentes ao longo de quase três séculos de domínio lusitano. E também nos fornece informações preciosas, oriundas dos mapas espanhóis depositados na Secretaria de Marinha, sobre a presença espanhola em grande parte da América do Sul, cartografada por Pontes Leme e sua equipe.

Uma empresa de tal envergadura deve ter atraído atenções e comentários nos corredores da Administração Reinol, mas que hoje estão perdidos em função de praticamente inexistirem informações sobre sua repercussão, fruto da política de sigilo vigente então. O que, de certa forma, se refletiu sobre a pequena quantidade de trabalhos dedicados à essa carta, que, de fato, reúne dezenas de cartas.

A análise dos exemplares existentes no Rio de Janeiro e sua comparação com os exemplares existentes em Portugal e na França nos trouxe a certeza de que cada um deles, embora representasse essencialmente o mesmo espaço geográfico, apresentava diferenças que, em nossa opinião, refletiam o constante aperfeiçoamento, partindo do modelo ou rascunho, hoje depositado no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército em Lisboa, e construído entre 1795 e 1797, para então encetar o primeiro exemplar, hoje no Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra.

No ano seguinte, realizam aquele espécime que hoje está na Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, com a importante relação de astrônomos, engenheiros, pilotos e demarcadores, entre outros, cujos trabalhos contribuíram para tornar a *Nova Lusitania* no que é.

O último exemplar, o de 1803, deve ter sido a coroação dos trabalhos de Freire e Fonceca, na medida em que puderam apreciar tanto o resultado da disposição dos planos de algumas regiões costeiras brasileiras, como da maneira como desenhavam. Infelizmente, em virtude do saque perpetrado pelos acompanhantes das tropas napoleônicas que invadiram Portugal, este espécime foi desmembrado, restando apenas duas folhas, hoje depositadas na Biblioteca Nacional da França, em Paris.

Passados sessenta anos das ordens recebidas por Pontes Leme e Freire, para construírem a *Nova Lusitania*, Duarte da Ponte Ribeiro solicitou uma cópia do exemplar depositado em Lisboa, o que daria início a uma nova saga, com o exemplar recebendo adendos posteriormente, e vindo a auxiliar o Brasil em uma questão de limites com a Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que lançava luz sobre sua verdadeira identidade para os portugueses no início do século XX e permitia confirmar a identificação do exemplar de 1803 parcialmente conservado em Paris.

Quando olhamos as cartas nas gavetas de uma mapoteca, não temos a menor noção dos caminhos que aqueles exemplares seguiram até constituir a coleção onde as consultamos. Mas acreditamos poder dizer que, em relação aos cinco exemplares da *Nova Lusitania*, nós conhecemos sua história.

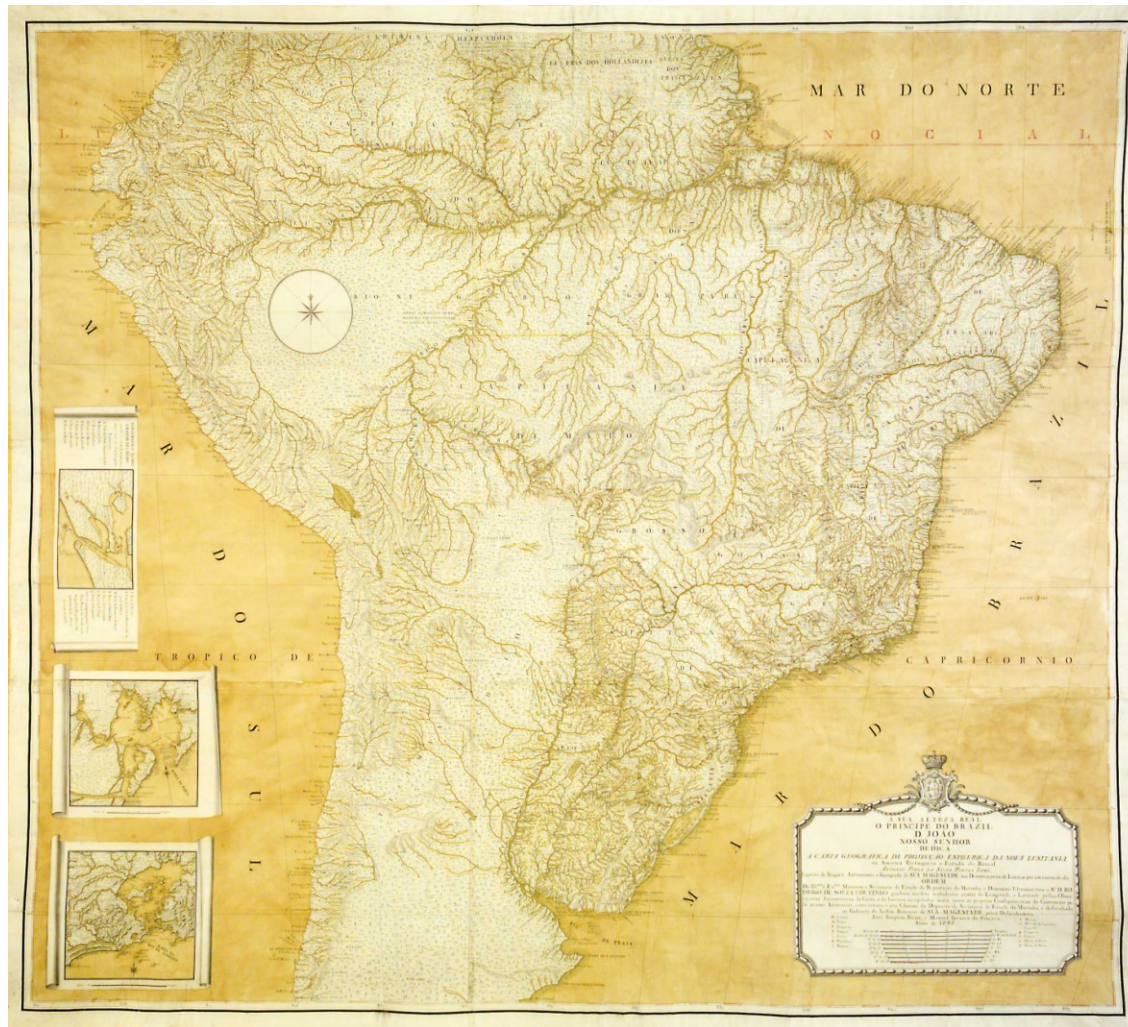


Figura 1



Figura 2

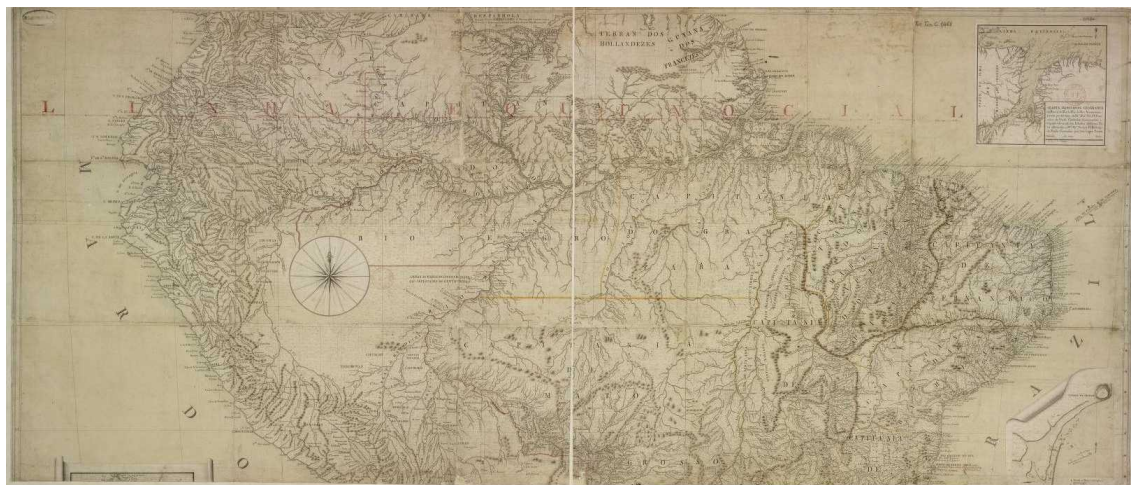


Figura 3



Figura 4



Figura 5

Agradecimentos

Este trabalho não seria o que é sem a ajuda em ambas as margens do Atlântico.

No Brasil, da Exma Conselheira Gilda Ohanian Nunes, Chefe do Setor de Documentação do Museu do Itamaraty, e da Sra Maria Simone de Oliveira Rosa, responsável pela mapoteca, pela autorização de acesso ao exemplar do MRE. Da Dra Maria Dulce de Faria, da Fundação Biblioteca Nacional, nas buscas do exemplar “parisiense”. Da Sra Margaret Rose Bazilio Pellizaro, da 5ª Divisão de Levantamento, que localizou o anuário do SGE do qual eu tinha “uma vaga memória”. E do Prof Antonio Gilberto Costa, pelas imagens do exemplar do Itamaraty e de Lisboa, reproduzidas em seu livro citado neste estudo.

Em Portugal, ao Sr Claudino Romeiro, curador da coleção do Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, pelas informações prestadas sobre o exemplar ali depositado, bem como pelo envio da imagem do mesmo e ao Sr. Tenente-Coronel José Paulo Ribeiro Berger, Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, pelas informações do exemplar que está sob guarda do Exército Português.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique*. [Rio de Janeiro], Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação. 1960, 2 vol.

[ANÔNIMO], Observatório de Coimbra. In: *O Panorama - jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, 1842, V1, p. 2-4.

BANDEIRA, José Ramos. *Universidade de Coimbra: Edifícios do Corpo Central e Casa dos Melos*. Coimbra, [Gráfica de Coimbra], 1943, Tomo I.

BRASIL, *Question des limites du Brésil et de la Guyane Anglaise soumise a l'Arbitrage de S. M. Le Roi D'Italie. Atlas accompagnant le Premier Mémoire du Brésil* [presente a Rome le 27 Février 1903 par Joaquim Nabuco, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire du Brésil en mission spéciale auprès de Sa Majesté le Roi d'Italie]. Paris, Ducourtioux et Huillard Graveurs-Imprimeurs, 1903a.

IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica
ISBN 978-972-8932-88-6

BRASIL, [Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise: Question soumise a l'Arbitrage de S. M. Le Roi D'Italie] *Second Mémoire. La Preuve Cartographique presente a Rome Le 26 Septembre 1903 par Joaquim Nabuco, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire du Brésil en mission spéciale auprès de Sa Majesté le Roi d'Italie.*

Paris, A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1903b, Vol. 3.

BRASIL. *Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise: Question soumise a l'Arbitrage de S. M. Le Roi D'Italie. Troisième Mémoire Brésilien. Exposé Final presente a Rome le 25 Février 1904 par Joaquim Nabuco, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire du Brésil en mission spéciale auprès de Sa Majesté le Roi d'Italie.* Paris, A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, [1904], Vol.4.

BRASIL, *Catalogo da Mapotheca do Ministério das Relações Exteriores. (Primeira Parte) Limites do Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.

BUENO, Beatriz Piccoloto Siqueira. Cartografia Militar no Brasil do Século XVIII. O engenheiro cientista e artista: José Custódio de Sá e Faria e a expedição á Fortaleza do Iguatemi. In: HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA MILITAR (SÉCULOS XVIII-XX), COLÓQUIO INTERNACIONAL, Viana do Castelo, 2005. *Anais ...* Viana do Castelo, Câmara Municipal, 2005, p. 21-45.

BUENO, Beatriz Piccoloto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In: COSTA, Antônio Gilberto (org), *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*, Belo Horizonte, UFMG, 2007, p. 29-49.

CATALÁ, José Sala. La ciencia en las expediciones de límites hispano-portuguesas: su proyección internacional. *DYNAMIS. Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarum que Historiam Illustrandam.* Vol. 12, 1992, p. 23-33.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Arquivo Histórico do Exército. In: COSTA, Antônio Gilberto (org), *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*, Belo Horizonte, UFMG, 2007, p. 11-12.

CORTESÃO, Jaime. *Apontamentos das aulas do curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia, realizado no período compreendido entre 12 de abril e 20 de dezembro de 1944.* Rio de Janeiro, 1945, mimeo.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas.* Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, V1, [1957], V2, [196?].

IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica
ISBN 978-972-8932-88-6

DIAS, Maria Helena. As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, Porto, 1ª série, XIX, p. 383-396, 2003.

DIAS, Maria Helena; ALEGRIA, Maria Fernanda. Na transição para a moderna cartografia. As cartas náuticas da região de Lisboa de Tofiño e Franzini. *Finisterra*, Lisboa. XXIX, 58, p. 231-265, 1994.

FARIA, Miguel Figueira de. A Imagem útil – José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime. Lisboa, Universidade Autónoma Editora, 2001.

KANTOR, Íris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). Sevilla, *Araucaria*, XII, 24, p. 110-123, 2010.

LIMA, Américo Pires. *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires Lima*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII). São Paulo, *Anais do Museu Paulista*. N. Sér. v.17, n.1. p. 69-94. jan.- jun. 2009.

MARTINS, Francisco José Corrêa. Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, Ouro Preto, 2009. *Anais ...* Disponível em http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/martins_compilar-para-conhecer-alguns-mapas-do-territorio-colonial-brasileiro.pdf

MOURA, Carlos Francisco. *Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado de Madri): os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – Instrumentos astronômicos e livros científicos*. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2008.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Congruências entre cartografia e pintura no Prospecto da Vila de Cameté (1784) de José Joaquim Freire. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, Paraty, 2011,. *Anais ...* Disponível em http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/trabalhos_completos.htm

RAMIZ GALVÃO, B.F. (org.). *Catalogo da Exposição de Historia do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Lauzinger & Filhos, 1881.

RIBEIRO, Barão [Duarte] da Ponte. *Exposição dos Trabalhos Historicos Geographicos e Hydrographicos que serviram de base á Carta Geral do Imperio exhibida na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876a.

RIBEIRO, Barão [Duarte] da Ponte. *Catalogo dos Mappas que possui a Secretaria de estado dos Negocios Estrangeiros. Organizado com a respectiva classificação e anotações pelo Conselheiro Barão da Ponte Ribeiro*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1876b.

SANTOS, Maria Emilia Madeira. Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 104, nº 7- 12, p. 113-122 (Jul.- Dez. 1986).

SANTOS, Candido dos. O Porto e a instrução pública: a Academia Real de Marinha e Comércio (1803-1837). In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, CUNHA, Maria Cristina Almeida e, RIBEIRO, Fernando (org.). *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, V1: p. 415-427.

SILVA, José Brito e. Origem e Evolução da Cartografia. *Anuário do SGE*, 2, p. 163-171, 1949.

VASCONCELLOS, Ernesto [Julio] de [Carvalho e] [Secretario Geral da Sociedade de Geographia de Lisboa] (dir). *Exposição de Cartographia Nacional (1903-1904) – Catalogo*. Lisboa, A Liberal, Officina typographica, 1904.

VITERBO, [Francisco de] Sousa. *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal*. Posthumo – Publicado pela Academia de Sciencias de Lisboa. Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, V.3.

Lista de figuras

Figura 1 – Carta Geografica de Projeção Espherica da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, 1797. Dimensões: 142 cm (largura) x 128 cm (altura). Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, Coimbra. Imagem de Claudino Romeiro.

Figura 2 - Carta Geografica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, 1798. Dimensões: 148 cm (largura) x 133 cm (altura). Arquivo Histórico do Exército, Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, Rio de Janeiro. Imagem de Francisco José Corrêa Martins.

IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica
ISBN 978-972-8932-88-6

Figura 3 - [Carte de l'Amérique équinoxiale et du Brésil], [atribuída a] José Lopes Santo, [1803]. Incompleta. Dimensões: 156 cm (largura) x 68 cm (altura). Biblioteca Nacional da França, Paris. Imagem da Gallica-BNF.

Figura 4 - [Carta Geografica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza e Estado do Brazil, de António Pires da Silva Pontes Leme], [1795?-1797?]. Dimensões: 202 (larg) x 199 (alt) cm. Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Lisboa. Imagem do GEAEM (COSTA, 2007, p. 44-45)

Figura 5 - [Carta Geografica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza e Estado do Brazil, de António Pires da Silva Pontes Leme], [1866-1876]. Dimensões: 194 (larg) x 192 (alt) cm. Mapoteca do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Imagem de Vicente de Mello (COSTA, 2007, p. 142-143)